Márcia Maria Santos Santiago
UFS/NPGEO - geoufs@hotmail.com
Vera Lúcia Alves França (orientadora)
UFS/NPGEO – verafrança@gmail.com

Eixo Temático:
Dinámica urbana y rural, transporte, energía y sustentabilidad

INTERAÇÕES ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS DAS CIDADES LOCAIS NA REDE URBANA

Introdução

Os centros locais mantêm relações interurbanas com as demais cidades do seu entorno e com as mais distantes que tem o poder de atrair fluxos longínquos em decorrência da presença de funções especializadas capazes de absorver fluxos de mercadorias, migratórios, informações e financeiros. É nesse emaranhado de interações interurbanas que se identifica a função urbana de cada componente dessa rede de relações citadinas, permitindo delinear o nível de centralidade, a hierarquia e a área de influência desses nódulos urbanos.

Nessa perspectiva, delineia-se o objetivo desse estudo de analisar as funções urbanas presentes nos centros locais e relacionar essas funções com as interações interurbanas. Para isso, se fez necessário a compreensão teórica das relações intercidades dos centros locais, enfatizadas por estudiosos como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e outros que ressaltam em suas análises a importância das pequenas cidades na composição da rede urbana.

A importância de análises teóricas desses centros locais a partir do desvendamento das peculiaridades pode contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos públicos, cooperando para melhoria da qualidade de vida de seus moradores e para o próprio desenvolvimento econômico dessas cidades, reduzindo a drenagem de recursos que as cidades maiores monopolizam.

Dinâmica Espacial

Em Sergipe, menor estado do Brasil, a exígua extensão territorial e a malha rodoviária radial tem fortalecido a centralidade de Aracaju, a capital, em detrimento dos demais centros urbanos. Assim, constata-se a macrocefalia dessa cidade que dia a dia se consolida e amplia a sua atuação extrapolando os limites estaduais (DINIZ,1987; FRANÇA, 2000).

Atualmente, os fluxos materiais são facilitados pelas rodovias que perpassam o espaço sergipano. A força centrípeta de Aracaju promove o direcionamento dos fluxos materiais e as especificidades de suas funções urbanas também drenam os fluxos imateriais dos demais centros urbanos do Estado.

A maioria dos centros urbanos, em Sergipe, exerce influência apenas sobre o seu próprio município, reforçando a centralidade das urbes maiores, como Aracaju, Itabaiana, Lagarto, Estância. Esse descompasso da hierarquia urbana sergipana não é empecilho para a inserção de todos os centros citadinos na rede do estado. Porém, deve-se atentar para os danos causados aos centros locais pelo desequilíbrio dessa rede, em decorrência das relações de poder postas no espaço geográfico que sacrificam os menos favorecidos e ampliam o potencial de drenagem de renda para os centros maiores, especialmente para Aracaju. Essas relações são reforçadas na centralidade exercida pela capital e por algumas poucas cidades que conseguiram expandir a região de influência além dos seus limites territoriais, como Itabaiana que apresenta o nível hierárquico mais elevado do estado, depois de Aracaju

O desequilíbrio atual entre as cidades na rede urbana brasileira é herança do Estado Novo que, através do Decreto-Lei 311 de 1938, converteu todas as sedes municipais do país em cidades, sem considerar a estrutura e funções presentes. Segundo Veiga “da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais” (2001, p. 3). Essa assertiva é corroborada por Abramovay ao afirmar que:

> O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista — de maneira distorcida — como “urbanização do campo” (2000, p, 8).

A diferenciação no tocante à participação dos centros locais na rede se faz presente em decorrência de vários elementos que interferem nas relações inter-regionais. A localização nas proximidades com cidades da mesma tipologia hierárquica ou próxima a um centro urbano de hierarquia mais elevado, ou até mesmo entre duas ou mais cidades com forte centralidade resultam em especificidades distintas dos centros locais. Lencione (2004) enfatiza que a posição de uma pequena cidade entre grandes centros, atualmente não é sinônimo de progresso, pois, a fluidez das relações espaciais pode apagar a importância da ligação exercida pela pequena cidade entre os centros maiores.

Isso é explicável pela compressão do tempo do percurso em decorrência da fluidez das vias de circulação e avanço nos transportes. Esses avanços técnicos incidem no fim da obrigação de parar na cidade intermediária para suprir alguma necessidade durante o longo tempo do percurso de outrora.

Assim,

> [...] se antes uma cidade podia usufruir da vantagem de ficar a meio caminho entre duas cidades, agora essa vantagem pode deixar de existir. Diversos locais de parada, descanso e abastecimento, bem como de outros serviços urbanos, tornaram-se desnecessários. Apenas alguns pontos no espaço podem dar conta das necessidades e são esses que são reforçados, o que os tornam diferentes dos que o não. Isso significa que em razão da velocidade dos fluxos criam-se novas diferenças, incrementando-se a heterogeneidade do espaço. De maneira figurativa poderíamos dizer que as distâncias longas se aproximaram, ao passo que as próximas se distanciaram (LENCIONE, 2004, p. 61).

Essa afirmativa reitera que os avanços tecnológicos não tendem a proporcionar a homogeneização espacial a partir de uma lógica de

transformação de “lugares opacos” em “lugares luminosos” (SANTOS, 1996). Essa transição não é unânime e aleatória, mas está vinculada aos processos de mundialização que são inseridos no local de modo reticular. Assim, “as redes não se inscrevem no vazio, mas em espaços geográficos plenos de história, moldados pelo movimento incessante das disparidades sociais” (DIAS, 2007, p. 2).

A posição dos centros locais na rede estadual se consolida pela intensidade de fluxos, sobretudo migratórios, de mercadorias e capital entre as essas cidades e a de maior hierarquia que exercem controle sobre a sua hinterlândia. Corroborando com Santos, os fluxos são atraídos pelos fixos e de acordo com a teoria/empiria verificaram-se fixos com forte poder atrativo de fluxos entre Aracaju, Areia Branca e Itabaiana

De modo geral os fixos presentes nos centros locais que têm maior força de atração são aqueles atrelados ao setor público, como administração, segurança, saúde e educação. Além desses, deve-se destacar o mercado periódico.

A máxima centralidade dessas urbes é conferida pela feira, enquanto mercado periódico, atraindo população de municípios e povoados vizinhos. Nesse sentido, verifica-se que os fluxos gerados pelo setor público ocorrem diariamente e têm qualificação elevada, enquanto os fluxos proporcionados pelo mercado periódico são intensos, mas são centralizados em um único dia da semana e em sua maioria com baixa qualificação. Porém, ambos apresentam a similaridade de gerar a drenagem de renda para outras cidades.

Produção de Fluxos a partir das Funções Públicas

A ação do poder público municipal e estadual incide na atração de fluxos viabilizados pelos cargos de confiança e concursos públicos. Desse modo, constatam-se funcionários oriundos de outras cidades exercendo funções nos diversos setores públicos dos centros locais, salientando-se que estes ocupam

os cargos com as melhores remunerações em decorrência da qualificação. Dentre as funções qualificadas que demanda o exercício de profissionais de outras cidades, cabe mencionar a saúde.

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil apresenta uma estrutura hierárquica distribuída em rede. Segundo Ana Santos, [...] “mais do que um conjunto de equipamentos distribuídos espacialmente, a rede de saúde envolve interesses diversos dos sujeitos sociais que a frequentam e produzem” (2008, p. 229). Essa assertiva pode ser associada à noção mais genérica da rede disposta espacialmente, pois embora a rede pareça ser desordenada há um controle a favor dos agentes detentores de poder.

Assim,

> Com o advento das Normas Operacionais do SUS, foi reafirmada a ênfase na descentralização dos serviços para os municípios, que passaram a ser responsáveis diretos pelo atendimento das necessidades e demandas de saúde de sua população – processo conhecido como “municipalização da saúde” (FERRAZ, 2009, p. 72).

A espacialização dos serviços de saúde, em Sergipe, também está vinculada a um ordenamento hierárquico dos centros citadinos que de acordo com o emaranhado dos demais componentes urbanos se estabelece como fixo que proporcionará mais uma função urbana. A especificidade das funções da saúde em um determinado lugar é gerida pela amplitude da rede urbana. Dentre os elementos a serem elencados que contribuem para a fixação dos serviços de saúde é possível citar a demanda populacional e, sobretudo, o poder aquisitivo e a localização de serviços em outras localidades mais próximas.

Neste sentido, quanto maior for a centralidade exercida pela cidade dentro da rede urbana, mais específicos serão os serviços de saúde presentes. Estes se somam às demais funções existentes, se fortalecem para ultrapassar as barreiras territoriais e angariar fluxos de diferentes lugares e escalas.

Diante do exposto,

> A política de saúde organizada em uma rede hierárquica e seletiva é a representação espacial das relações de poder entre os entes federados e expressa, sobremodo, o processo de barganhas que conformam os pactos federativos, com arranjos espaciais que possuem conteúdos sociais e políticos diferenciados. Entre esses arranjos, está a conformação de um sistema de saúde, cujo modelo de atenção está centrado na oferta pulverizada dos serviços básicos nos municípios, centralização dos serviços especializados nas capitais e centros regionais (no caso da pesquisa desenvolvida, a centralização se dá em Aracaju-SE) [...] (SANTOS; CONCEIÇÃO, 2010, p. 7).

A pulverização dos serviços de saúde nos municípios, citada por Santos e Conceição (2010) é constatada nos centros locais do Estado, cujo sistema de saúde é voltado para as necessidades básicas da população, como as consultas de clínica geral, serviços de enfermaria simples e exames laboratoriais. Os serviços mais específicos são direcionados para as unidades de saúde de outras cidades de maior hierarquia.

Assim, “o estabelecimento de estratégias de regionalização e hierarquização dos serviços de saúde impactou, diretamente, os municípios com maior capacidade de atendimento e de resolução de problemas” (FERRAZ, 2009, p. 72).

As funções de saúde presentes nos centros locais de Sergipe estão na categoria das funções básicas. Assim, são ofertados os procedimentos mais simples no atendimento da população, o que repercute na ausência de fluxos procedentes além dos seus limites territoriais. Porém, em relação à demanda profissional é constatada a movimentação diária de profissionais oriundos de outros municípios que ocupam as funções que exigem maior qualificação, como médicos e enfermeiros, em sua maioria, procedentes de Aracaju.

Quanto à existência de profissionais oriundos dos próprios centros locais nesse setor, verifica-se o predomínio nas funções que exigem menor qualificação, como agentes de limpeza, motorista, recepcionista, auxiliar de dentista e de enfermagem.

Em relação aos fluxos originados pelo setor de segurança pública, cabe ressaltar os profissionais que atuam nessa área, tem uma jornada de trabalho de vinte e quatro horas seguidas, o que induz estes profissionais a utilizarem algumas funções presentes nos locais de trabalho, sobretudo as funções alimentícias como as lanchonetes e os restaurantes. Os serviços utilizados por esses profissionais são simples com baixo valor agregado. Porém, comparando-se com os demais profissionais oriundos de outras cidades verifica-se que os profissionais da segurança pública são os que utilizam mais funções urbanas presentes nos centros locais.

Essa circunstância proporciona um ciclo econômico fragilizado inerente maior parte dos pequenos municípios brasileiros que direcionam grande volume das suas receitas a profissionais qualificados com residência em outras cidades. Assim, são reafirmadas as hierarquias, pois a maioria dos fixos que geram fluxos nas pequenas urbes, simultaneamente, drena a renda para as cidades polarizadoras.

Esse movimento dialético é intrínseco à mundialização que permeia a totalidade do espaço geográfico, cuja função é a inserção, porém, repercute na exclusão. É a partir dessa ótica que as pequenas cidades desempenham importante papel na rede urbana, reforçando os nódulos que exercem múltiplas funções e que estão conectados a redes mais amplas e multifacetadas.

Na educação também é constatada a dependência de profissionais de outros municípios. Porém, deve-se ressaltar para a diferenciação da origem dos profissionais de acordo com a espacialização das escolas (rural ou urbana) e o nível de ensino.

As escolas localizadas nas áreas rurais têm maior número de profissionais oriundos dos próprios centros locais. Deve-se atentar que nessas, a oferta de ensino se restringe à Educação Infantil até o 5º ano da Educação Básica e à Educação Para Jovens e Adultos (EJA). Os profissionais que lecionam nessas escolas são pedagogos e professores sem a formação superior, oriundos do próprio município com residência nas proximidades do estabelecimento de ensino onde trabalham.

Destarte, na área urbana, a oferta é maior, geralmente são disponibilizados todos os níveis da Educação Básica. Assim, a atuação de profissionais de outras cidades é uma constante, lecionando, sobretudo, as últimas séries do Ensino fundamental e o Ensino Médio.

Vale ressaltar, que essas migrações pendulares atreladas ao mercado de trabalho são resultantes da fluidez espacial que a ação dos agentes modeladores, junto à inserção de técnicas permitem o rompimento das fronteiras, tanto material, quanto imaterial.

Considerações Finais

A situação de desses fixos citados e suas respectivas funções confirma drenagem de renda dos centros locais para outros centros urbanos, pois os postos de trabalho com maiores salários, em sua maioria são pagos aos profissionais qualificados que residem em outras cidades.

Essa conjuntura de subserviência é uma condição a que está submetida a maioria das pequenas cidades brasileiras que assistem a drenagem de renda para outras urbes maiores reforçando as disparidades presentes na rede.

Entretanto, independente da função exercida pelos profissionais de outras cidades que trabalham nos centros locais, verifica-se que a circulação de renda proporcionada por esses agentes sociais é irrisória. Portanto, constata-se o descompasso econômico ao qual os pequenos municípios estão subordinados, pois, a dependência de profissionais de outras cidades habilitados para exercer as funções mais qualificadas implica no escoamento das receitas municipais para aquelas. Assim, não há retorno econômico para o município em decorrência do pouco ou nenhum consumo por parte daqueles profissionais que, por sua vez, fortalecem as receitas dos municípios onde residem.

Além desses fluxos qualificados sobressaem aqueles originários da feira, que se firma como mercado periódico, atraindo feirantes e clientes de outros municípios. Essa dinâmica constitui-se no ponto de centralidade máximo da cidade dos centros locais, o que demonstra a fragilidade do comércio local, pois não é capaz de tornar-se permanente em decorrência do baixo poder aquisitivo da maior parcela de sua população, assim como o pequeno número de habitantes.

Embora os fluxos dos servidores públicos e dos feirantes sejam distintos, apresentam similaridades no que condiz à drenagem de renda do município, pois ambos os movimentos veiculam a renda que foi produzida nesses centros locais para as cidades originárias desses fluxos. Essa assertiva foi constatada, pois tanto os migrantes pendulares que ocupam cargos qualificados no município, quanto os feirantes, não utilizam os serviços ofertados ou apenas utilizam os serviços mais simples que têm baixo valor agregado, como a alimentação.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA,** (Texto para discussão), 702, 2000.

DIAS, Leila. Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão. IN: DIAS, Leila Christina**;** SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da**. Redes, Sociedades e Territórios.** 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DINIZ, Alexandre Felizola. **O subsistema Urbano regional de Aracaju.** Recife: SUDENE, 1987.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O espaço em movimento: o desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista – Bahia.** São Cristóvão –SE, Universidade Federal de Sergipe, 2009 (Tese de Doutorado).

FRANÇA, Vera Lucia Alves. Aracaju: uma revisão dos estudos urbanos. **Geonordeste.** Ano XI, nº 01 (outubro) 2000.

LENCIONE, Sandra. O processo de metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In:

SCIFFER, Sueli Ramos (org.). **Globalização e estrutura urbana.** São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2004.

VEIGA, J. E. . Desenvolvimento Territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, BA, v. 10, n. 04, p. 193-206, 2001 Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/ultimos/entulho.htm Acesso em 19 de set. de 2010.

SANTOS, Ana Rocha. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização: as interfaces escalares na conformação do sistema único de Saúde em Sergipe.** Universidade Federal de Sergipe,São Cristóvão, 2008 Tese (Doutorado).

SANTOS, Ana Rocha; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A política de descentralização da saúde e suas interfaces escalares. **Scientia Plena** v. 6, p. 2-7, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.